



Enfrentamento ao Homicídio de Jovens – Evidências Empíricas e Sugestões de Políticas Públicas

Daniel Cerqueira

Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Câmara dos Deputados,

Brasília, 24/05/2016

Roteiro

- Homicídios de jovens no Brasil: consequências e fatores relacionados;
- Em busca da efetividade nas políticas públicas de segurança, segundo as boas práticas internacionais e nacionais;
- 20 Sugestões.

Jovens, o futuro do Brasil?

Consequências das mortes de jovens

- 60 mil homicídios a cada ano, ou mais de 10% do total mundial;
- Dupla tragédia: humana e econômica
- Custo econômico das mortes: 2,5% do PIB a cada ano, ou R\$ 150 bilhões;
- Nunca antes neste país uma geração tão grande de jovens (51 milhões);
- As mortes simbólicas e materiais da juventude possuem fortes implicações para o desenvolvimento da nação.

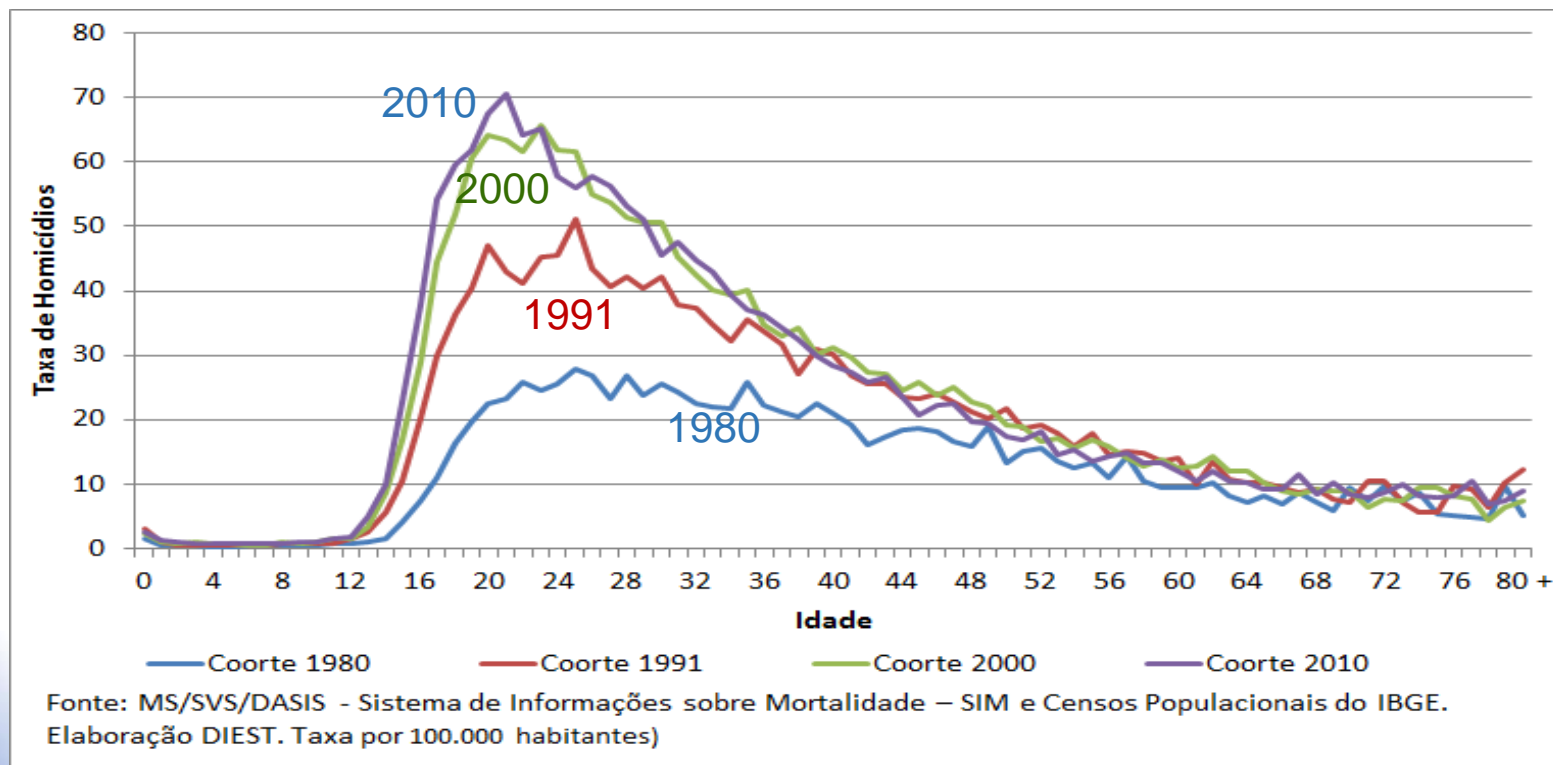
Taxa de Homicídios no Brasil ao Longo do Ciclo de Vida

A cada ano, uma maior proporção de jovens, cada vez mais jovens, é assassinada.

Evolução do Homicídio Geral e de Jovens no Brasil, 1980- 2010

	1980	1991	2000	2010	Varição % 1980-2010
Taxa de Homicídio de Jovens	19,6	37,9	52,4	55,6	184,6%
Taxa de Homicídio Geral	11,5	20,9	26,1	27,2	137,0%
% Jovens Mortos	49%	51%	57%	55%	11,2%

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM e Censos Populacionais do IBGE.
Elaboração DIEST/IPEA. Taxa por 100.000 habitantes). Elaboração Diest/Ipea.



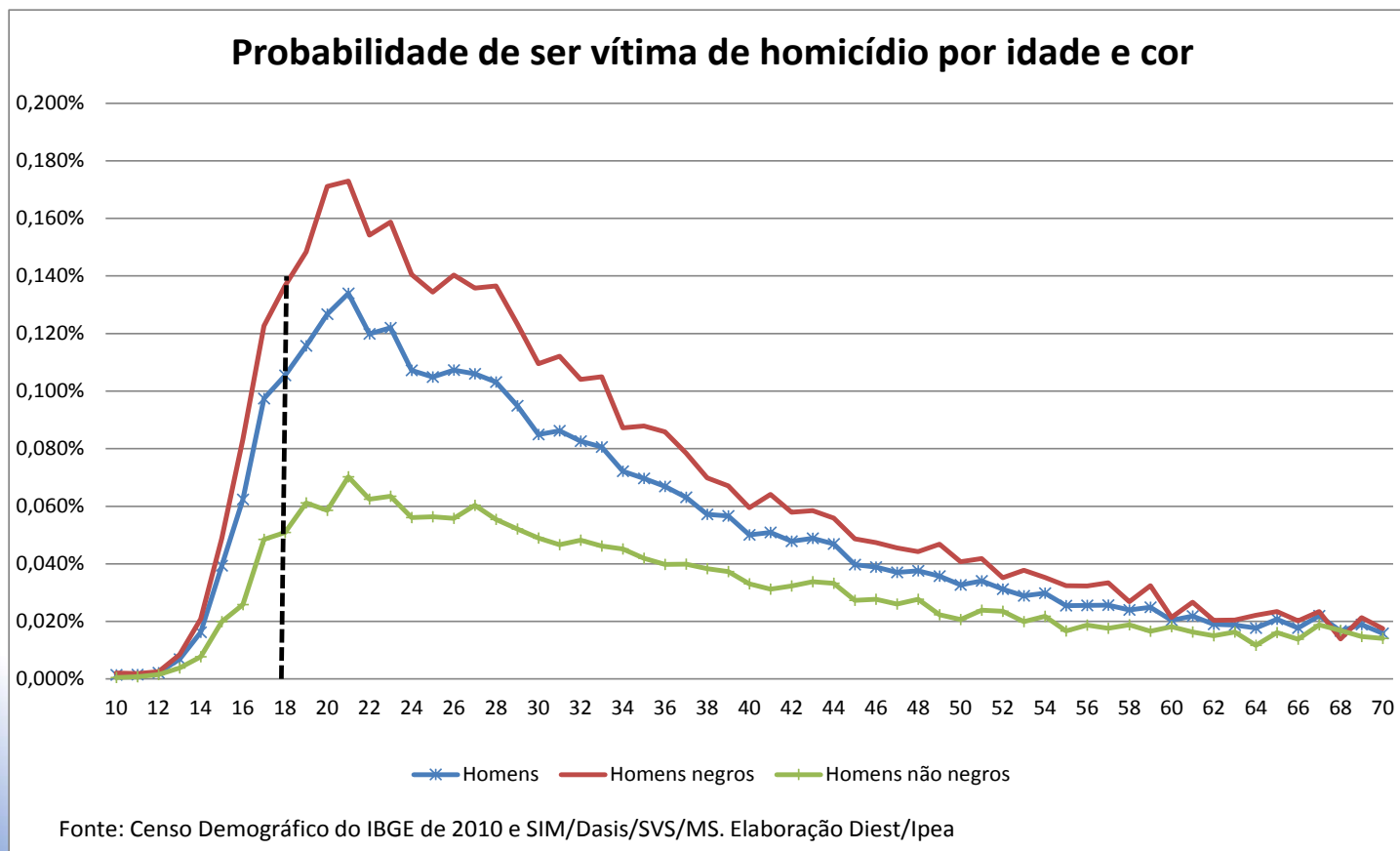
Homicídios de Jovens Negros

Para cada não negro 2,4 negros são mortos;
Em alguns estados, como Alagoas, esse índice = 10,6

Perda de expectativa de vida:

No Brasil: negro = 1,7 ano; não negro = 0,8 ano;

Em Alagoas: negro = 4,1 anos; não negro = 0,3 ano



Relação entre a taxa de homicídios de negros e não negros por UF, 2004 a 2014

A que se devem essa diferença de letalidade?

	Relação entre a taxa de homicídios de Negros e Não Negros por Unidade da Federação											Variação %	
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2004 a 2013	2012 a 2013
Brasil	1,73	1,83	1,91	2,09	2,12	2,14	2,37	2,38	2,33	2,40	2,40	38,5%	-0,1%
Rondônia	1,31	1,49	1,82	1,65	1,40	1,41	1,59	1,70	1,54	1,13	1,40	7,1%	23,6%
Acre	0,79	0,94	0,86	1,14	1,02	2,39	1,40	2,63	3,96	3,15	1,58	98,8%	-49,9%
Amazonas	2,16	2,01	2,01	4,22	5,20	5,15	4,94	2,73	3,04	2,46	3,35	55,2%	36,4%
Roraima	1,42	1,13	0,44	1,20	0,83	0,82	3,63	1,97	0,55	0,67	0,60	-57,9%	-11,0%
Pará	2,36	3,01	3,51	3,28	3,28	3,56	3,57	3,22	3,02	2,97	3,88	64,5%	30,6%
Amapá	4,76	2,17	4,26	2,67	6,94	5,32	2,55	1,99	2,42	2,14	4,75	-0,3%	122,0%
Tocantins	1,00	1,24	1,70	1,89	1,39	1,33	2,84	1,69	1,59	1,28	1,13	12,4%	-12,1%
Maranhão	2,41	1,90	1,88	2,10	2,60	2,50	2,74	2,08	2,29	2,37	2,25	-6,5%	-5,0%
Piauí	1,68	1,87	2,36	1,65	1,89	1,83	2,12	2,15	2,65	2,49	4,73	181,5%	89,9%
Ceará	2,57	2,68	3,00	3,39	3,59	3,26	2,83	3,16	3,69	3,71	3,94	53,4%	6,4%
Rio Grande do Norte	2,24	2,15	2,24	2,49	3,33	2,68	4,09	4,03	3,51	3,67	4,23	89,2%	15,3%
Paraíba	8,02	7,50	8,86	12,23	11,86	13,44	19,28	10,93	8,39	8,16	10,03	25,1%	23,0%
Pernambuco	4,65	4,54	5,68	8,95	5,55	5,49	7,11	7,60	8,97	6,87	4,06	-12,8%	-40,9%
Alagoas	8,05	5,84	8,97	7,41	12,46	12,79	17,43	10,88	9,03	6,47	10,63	32,0%	64,2%
Sergipe	2,70	2,07	2,15	2,12	2,48	2,53	4,16	4,09	3,44	4,17	3,87	43,3%	-7,0%
Bahia	3,08	3,66	3,65	3,23	3,29	4,43	4,18	3,31	3,20	3,68	3,50	13,5%	-4,9%
Minas Gerais	2,33	2,26	2,01	1,95	2,10	1,92	2,31	2,05	2,08	2,05	2,13	-8,7%	4,1%
Espírito Santo	2,81	2,61	3,07	3,39	3,73	3,97	3,73	3,69	4,74	3,64	3,73	32,7%	2,5%
Rio de Janeiro	2,52	2,32	2,37	2,56	2,38	2,55	1,94	2,16	2,06	2,23	2,32	-7,9%	4,0%
São Paulo	1,86	1,64	1,48	1,48	1,27	1,29	1,35	1,39	1,41	1,47	1,45	-22,1%	-1,1%
Paraná	0,73	0,81	0,58	0,64	0,71	0,60	0,58	0,58	0,67	0,58	0,57	-22,5%	-1,8%
Santa Catarina	1,72	1,55	1,31	1,27	1,11	1,03	1,06	1,16	1,50	0,97	1,27	-26,0%	31,0%
Rio Grande do Sul	1,63	1,37	1,09	1,23	1,11	1,12	1,40	1,29	1,16	1,13	1,24	-24,1%	9,8%
Mato Grosso do Sul	1,28	1,34	1,41	1,23	1,19	1,35	1,46	1,91	2,02	1,58	1,57	22,2%	-0,7%
Mato Grosso	1,38	1,42	1,54	1,29	1,98	2,02	1,95	1,79	1,99	1,63	1,78	29,4%	9,3%
Goiás	1,39	1,93	2,11	1,77	2,21	2,30	2,85	2,82	2,36	2,38	2,19	58,3%	-7,9%
Distrito Federal	4,34	4,68	5,34	4,28	5,20	4,85	5,30	5,27	6,91	8,69	4,62	6,5%	-46,8%

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios na UF de ocorrência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09. Nota: Dados de 2014 são preliminares. Elaboração Diest/Ipea

O mito da democracia racial

Enquanto os afrodescendentes respondem por 73,1% do decil mais pobre da população, representam 26,2% do mais rico

• Duas hipóteses para a diferença de letalidade:

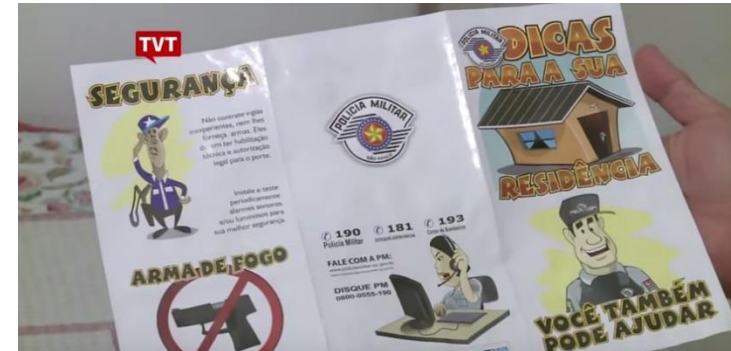
- Persistência intergeracional de capital humano; ou

- Racismo:

- Canal indireto via mercado de trabalho:

- Canal direto – o racismo que mata:

Desumanização e estereótipo de perigoso;
repercussão midiática; racismo institucional.



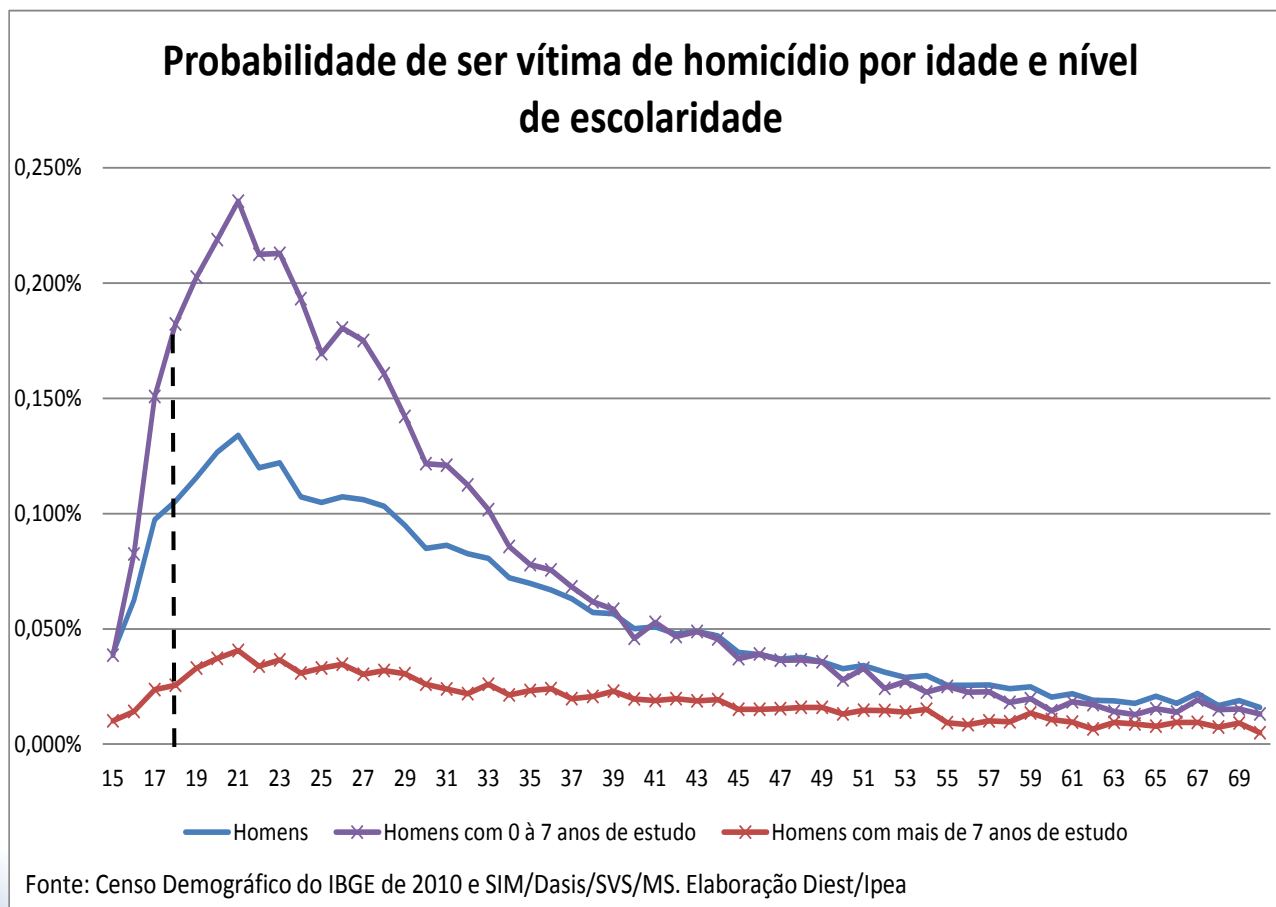
Evidências Empíricas

Vidas (símbólicas e materiais) Perdidas e racismo

- Cerqueira e Moura (2014): As diferenças socioeconômicas explicam apenas 20% das diferenças de letalidade;
- Cerqueira e Colho (2016): Considerando as características socioeconômicas (idade; sexo; estado civil; escolaridade; UF, município e bairro de residência), ser negro aumenta em 23% a chance de ser assassinado em relação a um indivíduo não negro

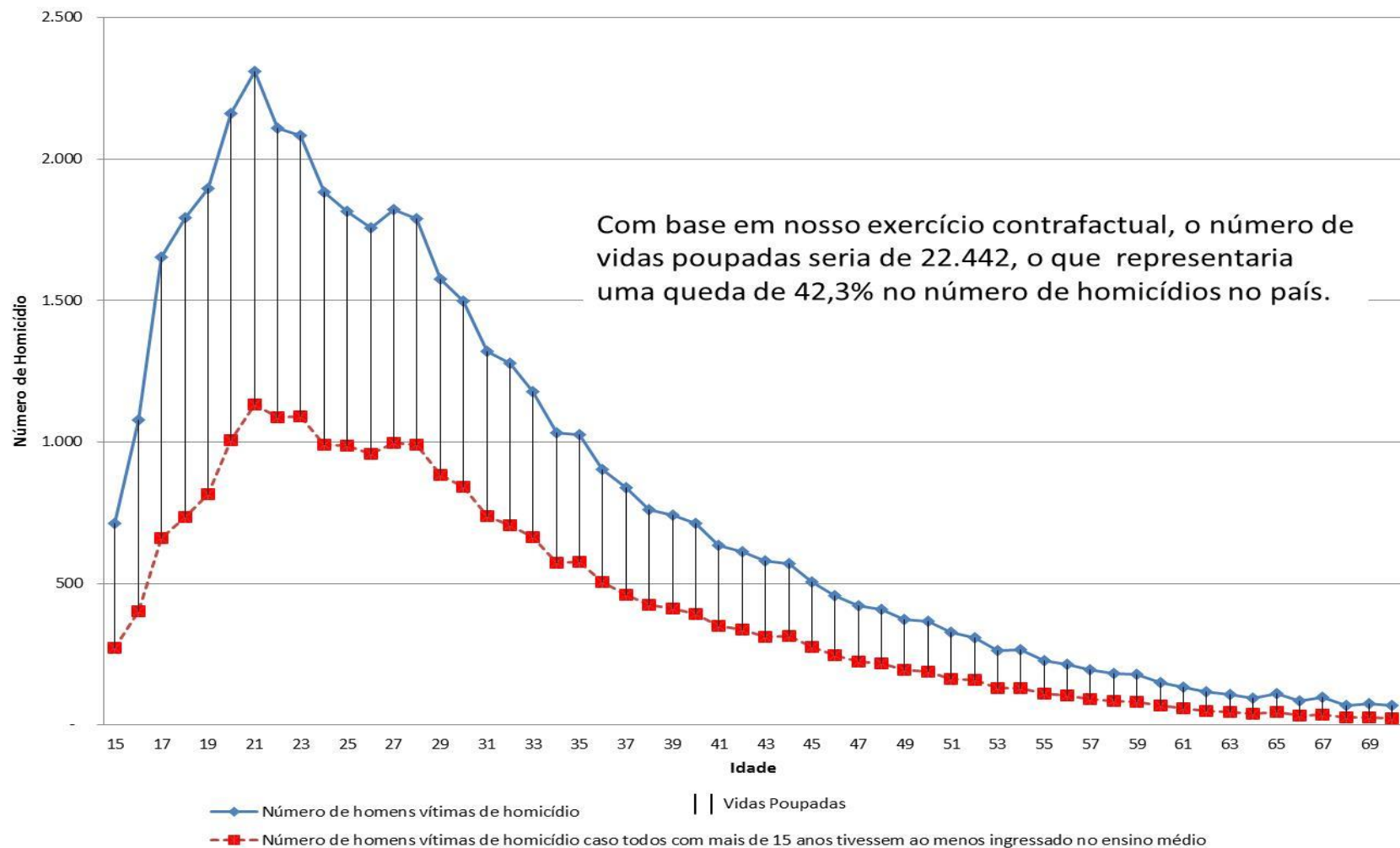
Educação, um escudo contra os homicídios

- A chance de um indivíduo com até 7 anos de estudo sofrer homicídio é 15,9 vezes maior do que a de outro com mais de 7 anos de estudo.
- A cada 1% a mais de jovens na escola, 2% a menos na taxa de homicídio



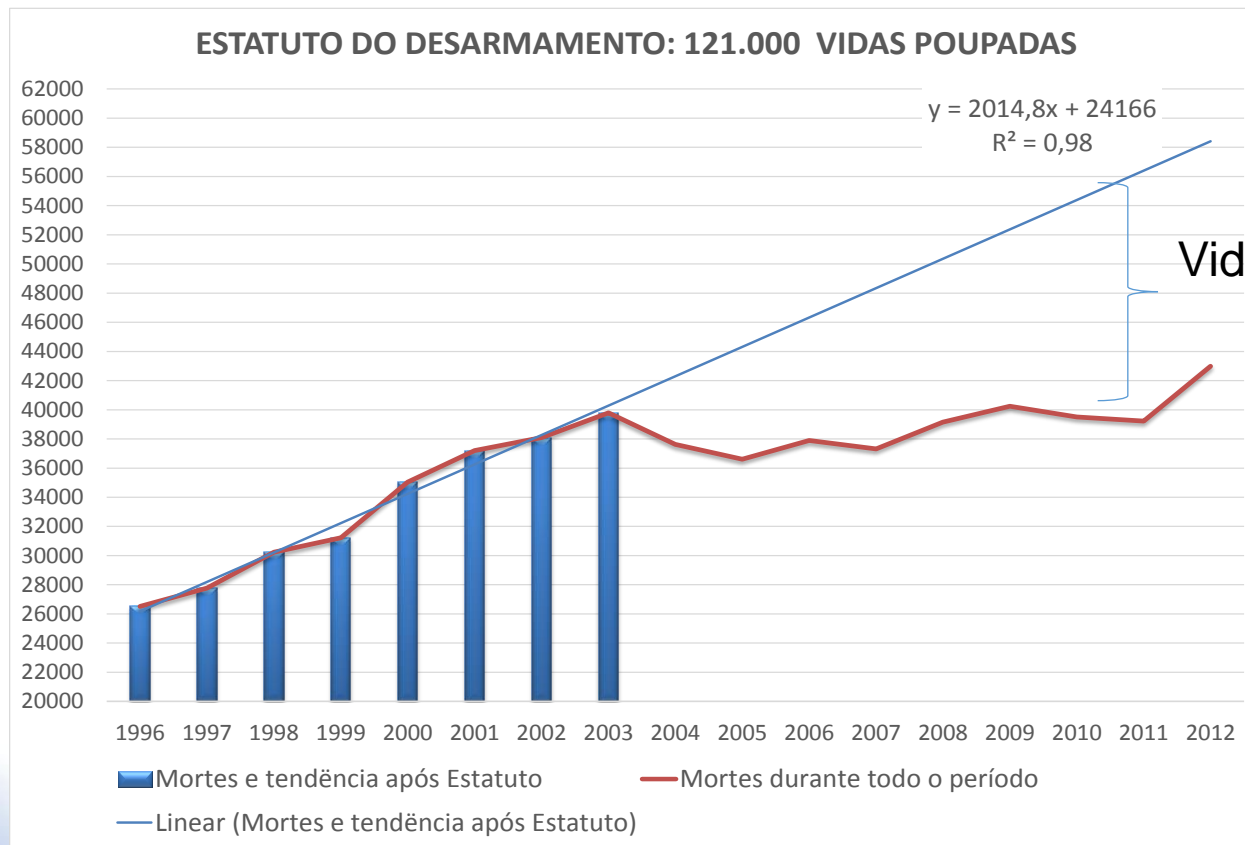
E se tivéssemos investido em nossas crianças e jovens?

Número Observado de Homicídios, por Idade, em 2010 e Número de Homicídios no Cenário Contrafactual (todo jovem na escola)



Menos Armas, Menos Homicídios, Menos Suicídios e Menos Acidentes Fatais

- Isto é um consenso na literatura internacional!
- ED: 121 mil vidas poupadas entre 2004 e 2012;
- Se não fosse o ED, em 2014 teríamos 77 mil homicídios

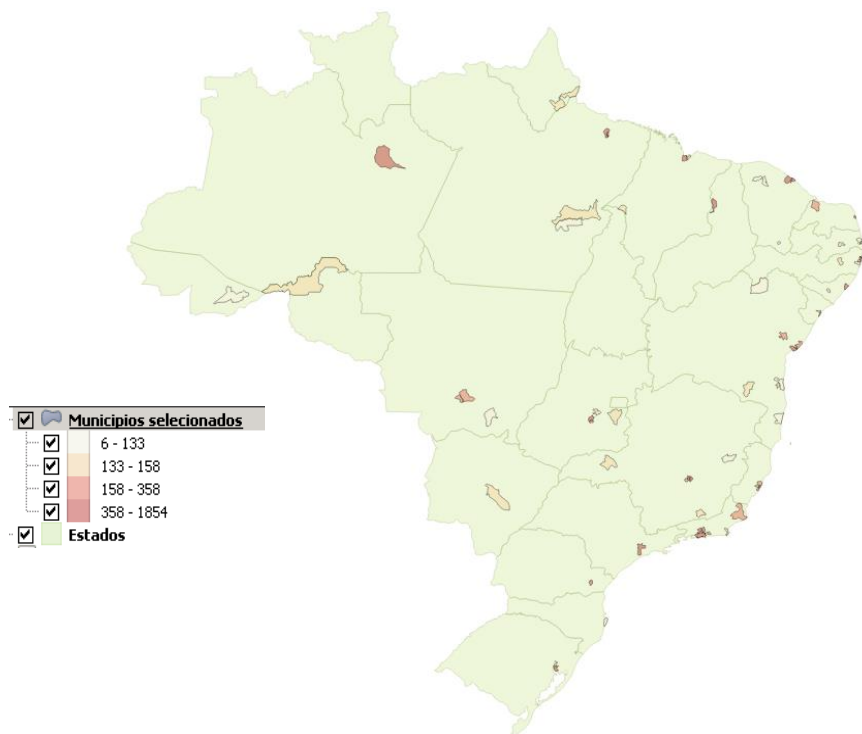


Vidas Poupadas

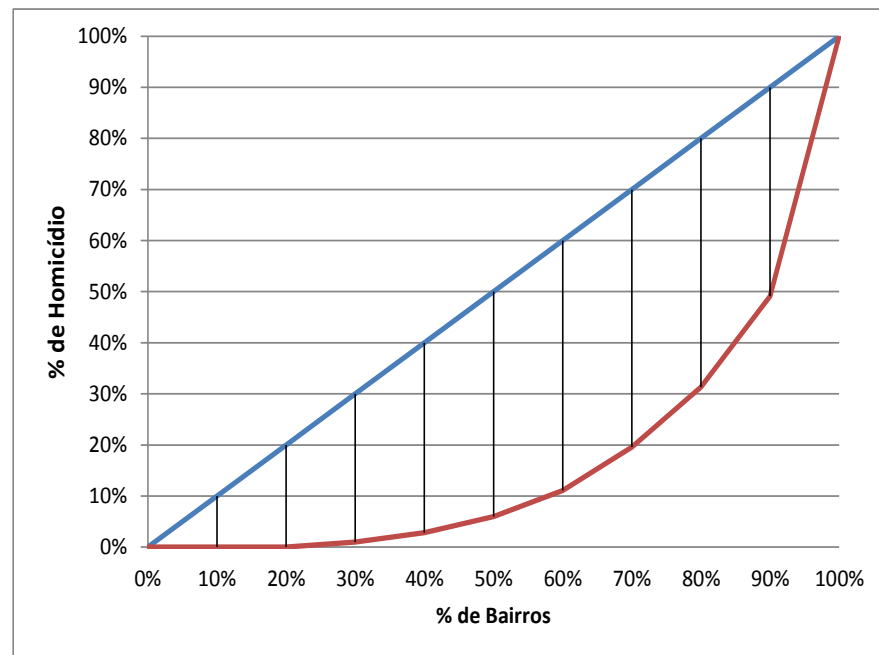
Uma questão de foco

Com metas e foco é possível reduzir homicídios!

- 81 municípios focalizados pelo PNRH concentravam 22.776 homicídios (48,6%), em 2014;
- Todos os incidentes aconteceram em 4.706 bairros.
- Todavia, alta concentração em poucos bairros. No Rio, 50% dos homicídios aconteceram em 10% dos bairros (17 bairros).



Curva de Lorenz de Homicídios por Bairro - Rio, 2014



Diferenças de qualidade das escolas/alunos por bairros

- Os bairros mais nobres, são os mais pacíficos e os que possuem as melhores escolas;
- Os bairros mais pobres são os mais violentos e os que possuem as piores escolas;

Indicadores no município do Rio de Janeiro

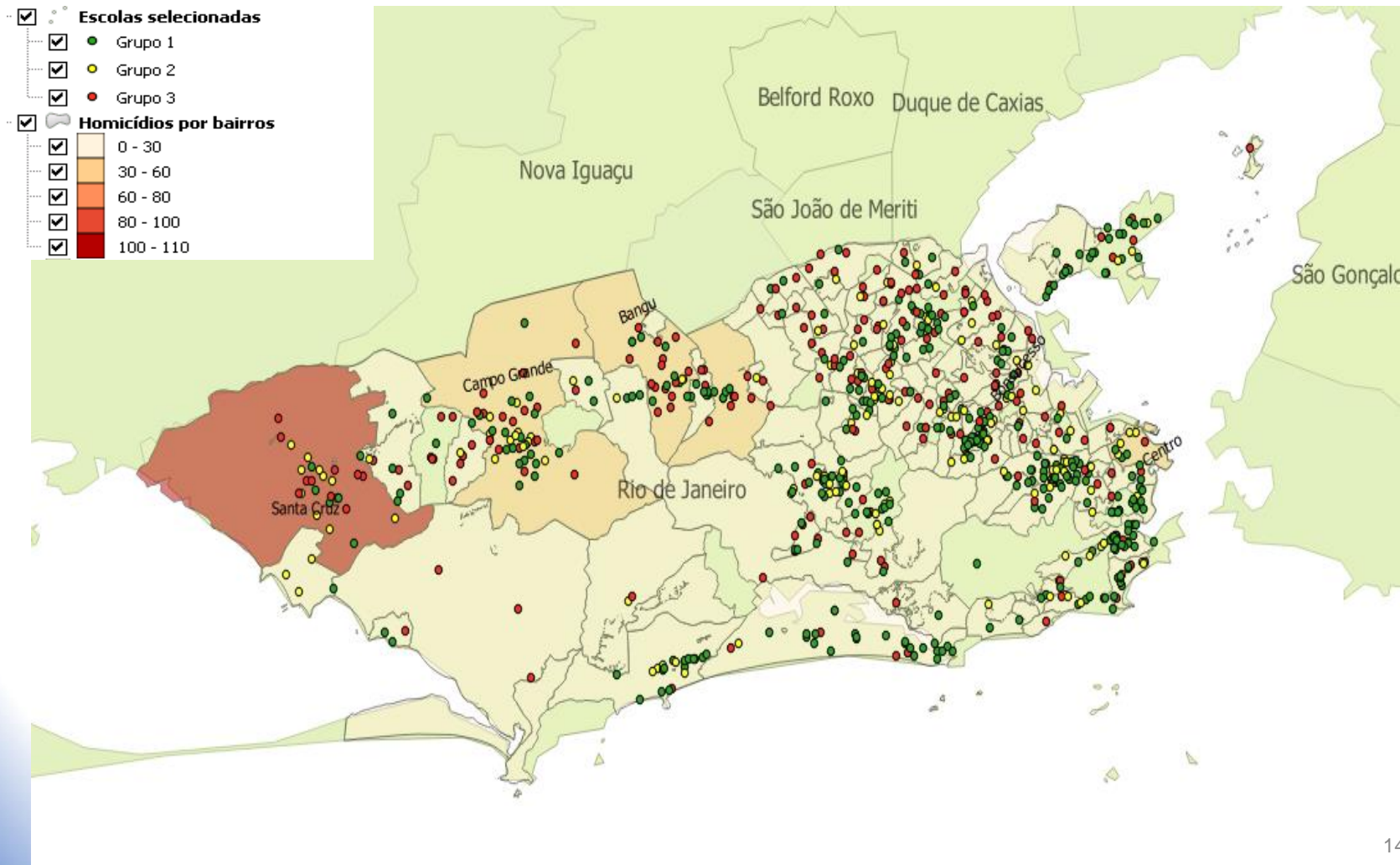
	Taxa de Distorção Idade- Série - no Ensino Médio (melhor 0 - 100)	Taxa de Reprovação - no ensino Médio (melhor 0 - 100)	Taxa de Abandono - no ensino Médio (melhor 0 - 100)
Média dos 30 bairros mais violentos	36,2	16,3	7,5
Média dos 30 bairros mais pacíficos	6,3	1,7	2,0

Fonte Sinesp/Senasp/MJ e Inep/Mec. Elaboração Ipea/Diest. Trata-se de um cálculo meramente ilustrativo, onde contabilizamos os últimos 30 bairros da Tabela 8.

Por que?

Dois efeitos que se reforçam: diferenças do corpo discente e alocação discriminatória de recursos a favor das regiões mais ricas

Taxa de abandono escolar no ensino médio e homicídio no Rio de Janeiro



Em busca da efetividade nas políticas de segurança

O que dizem as boas práticas internacionais?

1. Comprometimento da principal autoridade, além da mobilização e articulação de todas as forças da sociedade;
2. Sistema de planejamento e gestão, baseado em: indicadores precisos (inclusive territoriais); diagnósticos, monitoramento e avaliação do que é efetivo; e sistema de incentivo: valorização e punição;
3. Difusão de técnicas e construção de espaços de prevenção, mediação, negociação de conflitos;
4. Repressão qualificada, com inteligência e controle;
5. Ações preventivas sociais focalizadas nas crianças e jovens das regiões mais vulneráveis.

Princípios gerais para pensar o Plano (Não consideramos as reformas constitucionais)

- Ações balizadas por diagnósticos (territoriais), com monitoramento e avaliação de resultado e impactos;
- Focalização nos territórios (bairros) mais vulneráveis e nas crianças e jovens;
- Dois pilares:
 - Repressão qualificada, com foco nas causas; na inteligência e no respeito absoluto aos direitos de cidadania;
 - Programas de prevenção social que levem em conta os aspectos transversais e sejam integrados setorialmente.

Sugestões: Polícia

1. Controle externo para desvios individuais e institucionais de conduta (incluindo racismo institucional) e valorização do profissional => evitando desvios e fomentando a produtividade;
2. O papel do MP (regulamentação do art. 129 CF): transparência, responsabilização e conhecimento sobre o controlado;
3. Desmilitarização das polícias militares e civis => da truculência à inteligência para a coprodução da segurança pública.

Sugestões: Informação

4. Garantir o avanço do Sinesp para base integrada de microdados com objetos: crime; vítima; autor; relação v-a; elementos criminogênicos; ocorrência; motivações, etc.
5. Encomendar ao IBGE projeto para fazer (e atualizar) bases digitais de bairros;
6. Garantir acesso de todas as informações a pesquisadores, a partir de protocolos de sigilo;
7. Pesquisas de vitimização a cada dois anos;
8. Obrigar que os programas sejam avaliados por pesquisadores independentes do executor.

Sugestões: Elementos criminógenos

- Armas:

9. Aperfeiçoar o Estatuto do Desarmamento para garantir um controle mais estrito e efetivo das armas de fogo;
10. Ações com base em análises GIS para retirar armas de fogo de circulação.

- Drogas:

11. Programas para reduzir a demanda a partir de conhecimento e comunicação (vide tabaco!);
12. Ações para redução de danos e recuperação de drogadictos.

Sugestões: Crianças e Jovens

- Programas para o período pré-natal e 1ª infância (áreas mais vulneráveis):
 13. Informação às futuras mães (saúde; e orientação sobre educação e violência doméstica);
 14. Provisão de Creches;
- Educação fundamental e médio:
 15. Maior provisão de recursos;
 16. Tornar a escola mais atrativa com programas culturais e desportivos e com escolas que reconheçam dificuldades e diferenças individuais e sociais dos alunos; e que não apenas exclua os “fora-do-padrão”: repúdio às escolas administradas pelas PMs.

Sugestões: Sistema Penal e de Execução Penal

17. Fomentar a criação de SEP Alternativas, para Incentivar mecanismos de punição extra-carcerários como, alternativas penais, tornozeleiras, Justiça Restaurativa;
18. Estruturar sistemas de ressocialização do egresso;
19. Expandir os serviços de prevenção e medidas protetivas no âmbito da LMP.

Sugestões: Financiamento

20. Criar mecanismos que garantam o financiamento dos projetos no médio-longo prazo, com fundos que tenham as características:

- Transparência; participação social; com foco no resultado e não na burocracia;
- Avaliação de resultados e de impactos.

Fim!

daniel.cerqueira@ipea.gov.br